

BRASKEM, O COLAPSO E OS PÚBLICOS: A MINA 18 COMO ACONTECIMENTO.

Braskem, the Collapse and the Publics: Mine 18 as an Event.

Braskem, el Colapso y los Públicos: la Mina 18 como Evento

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues¹

Laura Nayara Pimenta²

Sandra Nunes Leite³

DOI:10.31501/esf.v3i31.15302

Resumo: Propõe-se abordar a crise proveniente do colapso da Mina 18 da Braskem, em Maceió, como acontecimento. A partir do levantamento de dados primários na rede social X, analisa-se o aparecimento público dos públicos e seu posicionamento ao acontecimento. O acontecimento formou e movimentou diversos públicos, permitindo que o caso reverberasse nacional e internacionalmente, além de revelar denúncias importantes que possibilitaram a atuação de figuras públicas cruciais para o processo.

Palavras-chave: Braskem. Acontecimento. Públicos. Mineração. Colapso.

Abstract: It is proposed to address the crisis resulting from the collapse of Braskem's Mine 18, in Maceió, as an event. From the collection of primary data on social network X, the public appearance of the publics and their positioning in relation to the event are analyzed. The event formed and moved different publics, allowing the case to have national and international repercussions, in addition to revealing important allegations that enabled the action of public figures crucial to the process.

Keywords: Braskem. Event. Publics. Mining. Collapse.

Resumen: Se propone abordar la crisis derivada del colapso de la Mina 18 de la Braskem, en Maceió, como un evento. A partir de la recogida de datos primarios en la red social X se analiza la aparición pública de los públicos y su posicionamiento en relación al evento. El evento formó y conmovió a diferentes públicos, permitiendo que el caso tuviera repercusión nacional e internacional, además de revelar importantes alegatos que permitieron la actuación de personajes públicos cruciales para el proceso.

Palabras-clave: Braskem. Evento. Públicos. Minería. Colapso.

¹ Doutora, Universidade Federal de Alagoas, Maceió – AL, Brasil. egbrodrigues@gmail.com | <https://0000-0003-0297-8136>.

² Doutora, Universidade Federal de Alagoas, Maceió – AL, Brasil. lanapi05@gmail.com | <https://0000-0002-0024-2224>.

³ Doutora, Universidade Federal de Alagoas, Maceió – AL, Brasil. snunesleite@gmail.com | <https://0000-0003-1510-2766>.

Introdução

Completando, em 2024, seis anos dos tremores e rachaduras que resultaram em um desastre socioambiental no coração da cidade de Maceió, Alagoas, uma notícia movimentou a população local: uma das minas inativas de extração de sal-gema estava prestes a colapsar em uma região ainda habitada por dezenas de famílias. Após alguns tremores de terra, a população foi alertada pela Defesa Civil local sobre a iminência de um colapso na Mina 18, localizada em um dos cinco bairros atingidos, próxima à lagoa Mundaú.

O acontecimento mobilizou diferentes setores da sociedade e irrompeu nas mídias como um assunto de grande repercussão, diferente do que vinha ocorrendo em relação ao desastre desde 2018. Mesmo com os esforços da Braskem para evitar abordar o caso e investir fortemente em campanhas institucionais, o risco de aprofundamento do desastre com o rompimento da mina somado ao decreto de estado de emergência pela Prefeitura de Maceió tornou a situação difícil de ser controlada. A gravidade do caso fez com que a prefeitura instalasse um gabinete emergencial de crise para acompanhar o agravamento da situação, assim como comunicasse aos órgãos federais de controle e segurança, que foram mobilizados para ajudar a população (Prefeitura de Maceió, 2024).

Nesse capítulo da história do desastre, que tem início em 2018 (Rodrigues & Leite, 2023; Rodrigues et al. 2023; Pimenta & Rodrigues, 2024), mas cujas repercussões datam da década de 1970 com o começo da exploração de sal-gema na capital (Marques, 2022), uma série de atores entraram em campo e diversos públicos se movimentaram. Isso pôde ser observado com maior riqueza de

detalhes nas redes sociais. Especificamente no X (antigo Twitter), vários públicos se posicionaram sobre o acontecimento, com ênfase para os diferentes veículos de mídia (locais, nacionais e internacionais), para os políticos (locais e de outros estados) e para os movimentos sociais e militantes.

Diante disso, defendemos que o rompimento da Mina 18 da Braskem, desde o momento em que seu colapso se tornou um risco iminente, foi antes de tudo um acontecimento. Por acontecimento estamos nos referindo a um evento que irrompe no cotidiano de maneira abrupta, inesperada, mas com potencial de afetar diretamente a vida das pessoas (França, 2012a). Conforme explicado por França (2012a), o acontecimento é dotado de uma dualidade: ele possui uma “primeira vida”, existencial e concreta, que é marcada pela experiência direta e pelo impacto sensorial que afeta as pessoas, e uma “segunda vida”, que se dá quando ele é transformado em narrativa e passa a existir como um objeto simbólico e discursivo. Essa coexistência das duas vidas — o existencial e o simbólico — implica que todo acontecimento possui uma dimensão prática e comunicacional intrínseca.

Considerando que um acontecimento só existe na medida em que é discursivizado (Charaudeau, 2006), seu poder de agenciamento reside no fato de que sua existência condiciona a sociedade a pensar e falar sobre ele a partir da experiência por ele mobilizada (França, 2012a). Por que aconteceu? Quem é seu autor? Quem ele afeta? Em que resultará? É o caso da Mina 18 quando irrompe das profundezas do subsolo maceioense para alertar sobre as consequências da exploração sem limites da natureza. E, de forma mais abrupta, de que a crise proveniente do desastre não estava cessando com os acordos políticos e econômicos, mas ativamente em curso, prestes a engolir a cidade.

O caso traz particularidades que nos permitem qualificar este como um acontecimento, uma vez que a movimentação gerada por sua irrupção foi principalmente midiática quando comparamos com a

mobilização dos públicos na localidade. A experiência de campo com movimentos sociais, associações e vítimas nos permite fazer tal inferência, especialmente quando voltamos nosso olhar para a história do Estado (Pimenta; Rodrigues, 2024). A exploração de sal-gema foi permitida a despeito dos alertas de cientistas, sobretudo com relação à região de alta densidade populacional, e da contestação de movimentos sociais (Marques, 2022), todos silenciados no período da implantação do polo petroquímico no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Para compreender as implicações desse caso, que foi um evento determinante para a visibilidade do desastre e o debate público sobre ele, neste artigo propomos pensar o rompimento da Mina 18 como acontecimento. A operacionalização do conceito de acontecimento se dará pela via da sua passibilidade (França & Lopes, 2017), ou seja, identificaremos os grupos criados e afetados por ele, bem como as formas de comportamento e ações dele decorrentes. Para tanto, esta discussão se divide em dois grandes momentos: o primeiro é voltado para a identificação de grupos formados em torno do acontecimento; o segundo tem como enfoque os posicionamentos de alguns desses grupos e como se constituem como públicos diante do acontecimento.

O levantamento de dados primários no X para a consecução desses movimentos utilizou o método de *web scraping*⁴. Depois foi passado a URL da busca para que o algoritmo de raspagem de dados puxasse os valores direto da rede social⁵. Com o material extraído do X, analisamos as *bios*⁶ dos

⁴*Web scraping* é um processo de extração utilizado para coletar dados diversos de sites de forma automática, convertendo as informações desestruturadas em estruturadas, para serem posteriormente analisadas (Zhao, 2017), em um procedimento conhecido como raspagem de dados.

⁵Utilizamos os seguintes termos e operadores: Braskem AND (tragédia OR desastre OR afundamento OR crime OR afundou OR rachaduras OR colapsou OR destruiu OR rompeu OR colapso OR destruição OR rompimento OR mina OR mina 18 OR Maceió)

⁶Uma bio tem a missão de mostrar a personalidade e características do usuário do X em 160 caracteres.

perfis que se posicionaram sobre o assunto e depois os classificamos, tendo como base os estudos de públicos de Henriques (2017, 2022), utilizando os princípios da análise de conteúdo propostos por Maia et al. (2022).

Trata-se de uma abordagem que utiliza técnicas de investigação quantitativa e qualitativa para sumarizar, organizar, categorizar e interpretar um conjunto de dados. As autoras propõem que a análise de conteúdo seja realizada em algumas etapas. A primeira é a escolha do material analisado, a segunda é a definição de estratégias de análises e a terceira envolve seis passos de desenvolvimento: a) definição da amostra; b) determinação da unidade de análise; c) construção de categorias analíticas; d) teste de confiabilidade; e) codificação; e f) análise e interpretação de dados (Maia et al., 2022).

Aconteceu! Uma mina se rompe e grupos de movimentam

Por volta das 13h15 do dia 10 de dezembro de 2023, as câmeras de monitoramento instaladas pela Defesa Civil de Maceió e pela Braskem registraram o colapso da Mina 18. O efeito mais visível foi a perturbação do espelho d' água. Um redemoinho se formou e a água da Lagoa Mundaú foi sugada pela mina. O solo afundou ainda mais. Dias depois do colapso, vários peixes apareceram mortos às margens da lagoa, assim como os mariscos tão cobiçados e coletados na mesma. Fato é que não se sabe ao certo a dimensão dos impactos desse rompimento no meio ambiente e também nas atividades das marisqueiras e pescadores que sobrevivem da lagoa.

A expansão de grandes empreendimentos extrativistas representa a fratura dos territórios e dos corpos dos sujeitos que neles vivem e trabalham. No caso do colapso da Mina 18, temos não só uma tragédia socioambiental, mas também um desastre criado por um estado de incertezas geradas pela

própria organização, além da evidente expressão social da vulnerabilidade. De acordo com Gilbert (1998), a incerteza pode ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções que criam vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos. Ela não é meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização da sociedade.

Apesar de se tratar de um desastre em curso que teve como marco inicial os tremores e rachaduras de 2018, o caso da Braskem, em Maceió, só ganhou expressão nacional com o risco de colapso da Mina 18. O acesso a esse fato só foi possível através das mídias, e mais especificamente dos veículos de comunicação de grande circulação nacional. Até então, a destruição causada pela mineradora sequer tinha alcance local, o que está ligado às profundas relações que a mesma estabelecia com a imprensa através de investimento publicitário, assim os acordos firmados com os poderes públicos (Rodrigues et al. 2023). As informações de maior expressividade sobre o caso provinham justamente da comunicação institucional de programas como o Braskem Explica, cujos vídeos indicavam que tudo estava bem (Rodrigues & Leite, 2023).

Considerando esses elementos e a passibilidade do acontecimento, optamos por uma abordagem metodológica que consiste em perceber o aparecimento dos grupos no X. Escolhemos a plataforma pela sua arquitetura, que permite e estimula o debate público entre os usuários/perfis. Através da coleta dos dados por *web scraping*, realizada considerando o período de 28 de novembro de 2023 - momento em que saiu a primeira nota oficial da Prefeitura de Maceió sobre o possível colapso da Mina

18 - até 28 de fevereiro de 2024, conseguimos um corpus de 3.007⁷ postagens feitas por 1.696 perfis. Nesta seção, nosso enfoque será nos perfis, num esforço de entendê-los.

Ao analisarmos as *bios* dos perfis, chegamos a oito macro categorias em que podemos agrupá-los: a) perfis individuais; b) mídia e imprensa; c) militância, coletivos, movimentos sociais e sindicais; d) políticos e partidos políticos; e) academia; f) poder público; g) empresas e empresariado; h) observatórios e vigilância civil; i) igreja. A distribuição dos perfis pelas macro categorias por ser observada no Gráfico 1.

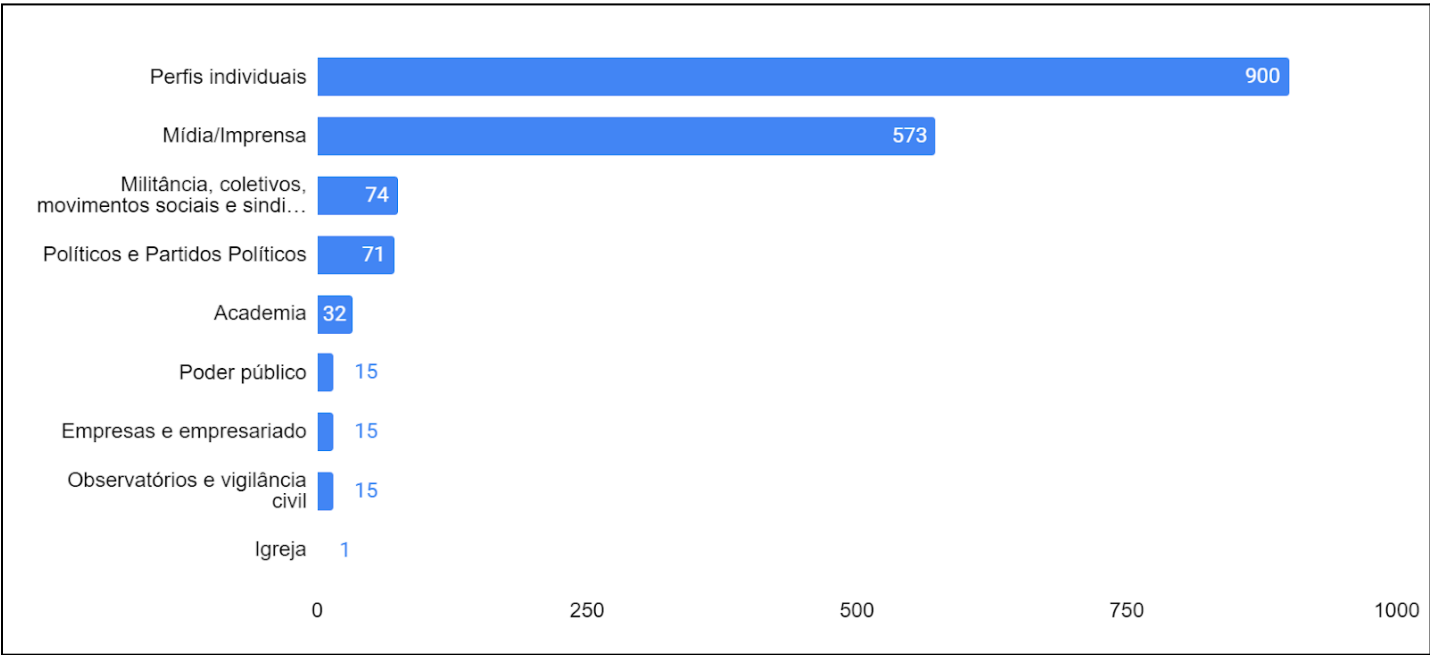


Gráfico 1 - Macro categorias dos perfis (Elaborado pelas autoras, 2024).

⁷Devido às limitações impostas pela plataforma, o universo amostral não é censitário.

Como pode ser observado, a macro categoria Perfis Individuais corresponde a mais da metade dos perfis analisados (53%). Agrupamos nesta categoria os perfis de usuários que não colocaram nenhuma informação na bio ou não são figuras públicas (políticos, jornalistas, militantes, pesquisadores, etc). Contudo, devemos ressaltar que podem conter perfis falsos nessa categoria, mas não entraremos nesse mérito neste texto. Por ser um volume grande e heterogêneo de perfis, em sua grande maioria com poucos seguidores, deixaremos sua análise aprofundada para publicações futuras.

No caso da Mídia/Imprensa, segunda macro categoria mais expressiva, com 33,8% dos perfis, agrupamos os veículos de comunicação de expressão e visibilidade nacional, as mídias de outro estado, as regionais, as de Alagoas e as de Maceió. Os canais de podcasts, os perfis de influenciadores digitais e os jornalistas também são contemplados nessa macro categoria. Cabe ressaltar que muitos jornalistas repercutiram o caso do colapso da mina. Dentre eles, podemos destacar o especialista em comunicação digital e webjornalismo, Marcel H. Leite, integrante da Mídia Caeté, que publicou 12 postagens referentes ao assunto; o jornalista freelancer maceioense, Josué Seixas (9); o repórter na Carta Capital, Wendal Carmo (7); o jornalista Ricardo Noblat (6), dentre muitos outros que trabalham de modo independente ou para algum veículo de comunicação.

Não é nossa intenção neste texto falar de todas as categorias de mídia que identificamos de modo detalhado, mas é importante ressaltar a repercussão que o caso teve nas mídias de outros estados e também na grande mídia nacional, algo inédito até então. A questão dos impactos da atividade da Braskem no afundamento dos bairros de Maceió costumava ficar restrita aos veículos locais. Nem mesmo eles costumavam aprofundar no assunto. Contudo, podemos observar que essa

bolha foi rompida. Veículos de outros estados do Nordeste, de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Amazonas, fizeram pelo menos um post sobre o referido caso. Os perfis da Folha de São Paulo (31 postagens), da CNN Brasil (29), do Jornal O Globo (28) e do GloboNews (27), foram os veículos da grande mídia nacional que mais reverberaram o tema.

No que diz respeito aos veículos de Alagoas, os que mais repercutiram a questão no X foram o Blog Alagoas Real - AR News (29 postagens), o Jornal de Alagoas (24), o G1 Alagoas (15), a TV Alagoana (14), a Tribuna do Sertão (9) e a Mídia Caeté (7). A Mídia Caeté, especificamente, é um veículo independente de Alagoas que tem como foco o jornalismo local em temas que abordem os interesses sociais, a denúncia da violação de direitos humanos e as informações como ferramentas para fortalecimento dos povos.

Na terceira macro categoria - Militância, coletivos e movimentos sociais e sindicais - agrupamos os movimentos sociais, as organizações sindicais e os militantes que se envolveram na discussão do colapso da Mina 18. Dentre os movimentos sociais, podemos citar a Comissão Pró-Índio de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT), o Movimento Brasil Livre (MBL), dentre outros. Já os sindicatos que se manifestaram, cada um com uma postagem, foram o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e o Sindicato Aeroespacial de São Paulo.

Figuras importantes da política alagoana também postaram sobre o acontecimento. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) foi o político que mais se engajou na questão (9 postagens) - cabe ressaltar que ele foi o autor do requerimento que deu origem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, iniciada em fevereiro de 2024. Por sua vez, o Governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB-AL), realizou 4 postagens, enquanto o Prefeito de Maceió, JHC (PL), fez apenas uma postagem. Os deputados federais por Alagoas, Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL), Paulão (PT-AL) e Rafael Brito (MDB-AL), o deputado estadual Ronaldo Medeiros (PT-AL) e os vereadores Joãozinho (PSD-AL), Teca Nelma (PSD-AL), João Catunda (PP) e Kelmann Vieira (MDB-AL) - quatro dos 25 representantes eleitos para a Câmara Municipal maceioense - se manifestaram na rede com pelo menos uma postagem.

Políticos de outros estados também repercutiram o caso. É intrigante observar que desses políticos, a maioria é filiada ao Partido dos Trabalhadores e ao PSOL, sendo 16 de cada. Isso pode ser explicado pela postura mais crítica às corporações assumida por parte dos parlamentares desses partidos. Nesse esteio, cabe destacar o posicionamento de Dandara Tonantzin (Dep. Federal - PT-MG), Duda Salabert (Dep. Federal - PDT-MG), Erika Hilton (Dep. Federal - PSOL-SP) e Daiana Santos (Dep. Federal - PSOL-RS), além da Bancada Feminista do PSOL na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No que diz respeito à macro categoria Academia, agrupamos nela os professores, pesquisadores, grupos de pesquisas e perfis oficiais de universidades. 28 professores e pesquisadores vinculados às universidades de várias partes do país se pronunciaram a respeito, com destaque especial para o pesquisador em gestão de crises e comunicação empresarial, João José Forni, uma das principais referências na área. Apenas os perfis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade de São Paulo se pronunciaram

oficialmente sobre o caso no X. Cabe destacar o silêncio da Universidade Federal de Alagoas na plataforma.

Os órgãos públicos que se manifestaram - contidamente - no X foram a Câmara dos Deputados (3 postagens), o Governo de Alagoas (3), o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG - 2), o Senado Federal (2), a Advocacia Geral da União (1), a Assembleia Legislativa de Alagoas (1), o Ministério Público Federal em Alagoas (1) e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (1). Interessante observar a ausência de postagens oficiais da Prefeitura de Maceió.

Algumas empresas e empresários relacionados ao mercado financeiro e à área de comunicação também postaram sobre o caso, assim como o perfil oficial Assembleia de Deus no Brasil, única instituição religiosa a se posicionar sobre o assunto na rede social.

Outro agrupamento que conseguimos identificar foi o de observatórios e instituições de vigilância civil - iniciativas voltadas para a vigilância de ações governamentais e de corporações privadas nos mais diversos países do mundo. Ressaltamos o Observatório da Ética Jornalística - Ethos, um projeto de pesquisa, acompanhamento e monitoramento da ética praticada por jornalistas e meios de informação, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina; o Observatório do Clima, uma rede de entidades ambientalistas da sociedade civil brasileira cujo objetivo é discutir o problema do aquecimento global no contexto brasileiro; o Observatório da Mineração, um centro de jornalismo investigativo e *think tank*⁸ focado no setor extrativo; o Observatório Social do Petróleo, uma organização de divulgação dos impactos que a privatização da Petrobrás gera no Brasil; e a *Relatoría Especial Derechos Económicos, Sociales, Culturales y Ambientales* (REDESCA) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

⁸Think tank pode ser definido como as instituições que se dedicam a produzir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos.

(CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano.

Como Henriques e Silva (2022, p. 28) ressaltam, “o que os públicos pensam, o que fazem e o que potencialmente podem pensar e fazer de fato importa. [...] as ações/reações desses públicos são capazes de afetar os propósitos, interesses e destinos de outros públicos e dos demais atores, orientando, com isso, as suas escolhas e decisões”. Diante disso, na próxima seção discutiremos os aspectos dos posicionamentos desses grupos ao referido acontecimento e como são constituídos enquanto públicos.

Rastros do colapso: a movimentação dos públicos em torno do acontecimento

Para Lança (2005) o acontecimento caracteriza-se, sobretudo, por sua interferência nos comportamentos e pelo atravessamento que produz na experiência daqueles que o sofrem. Para França e Almeida (2008), o acontecimento cria um contexto institucional de sentido que convoca os indivíduos, provocando-os a assumir um posicionamento. Diante do colapso da Mina 18, já não era mais possível a inércia por parte da mídia, do poder público e de outros atores sociais. Vários públicos foram formados e se movimentaram ao redor do caso.

Um acontecimento ocorre com pessoas e se passa no domínio da experiência. É enquanto “público” que os sujeitos respondem dentro dessa estrutura de agenciamento, constituindo, no bojo da confrontação estabelecida, suas percepções de mundo e suas posturas (França, 2012b). Para Quéré (2003), o conceito de público não diz respeito a um coletivo concreto e pré-existente, mas é uma forma, ou uma conformação do engajamento e da ação. Os públicos se constituem na experimentação

coletiva de um fenômeno, no contexto da publicização de uma obra ou representação: é relativo, portanto, a um perceber em conjunto.

França e Almeida (2008), a partir da leitura de Quéré (2003), destacam que o público emerge na experiência ligada a um contexto e ao estabelecimento de uma estrutura de agenciamento que convoca e interpela os sujeitos, posicionando-os e ordenando sua ação. É assim que um público se constitui duplamente como paciente e agente. Em experiência ele sofre, é afetado. Para as autoras, confrontados, os sujeitos fazem escolhas, reagem, adotam linhas específicas de comportamento e recusam outras. É na e pela experiência que o público se constitui – e a experiência é conformadora daquilo e daqueles que dela participam. Podemos observar tal processo no caso em questão, afetados pelo colapso da mina, diferentes públicos foram convocados a agir, ainda que discursivamente (discurso é ação), rompendo o silêncio.

A noção de Quéré (2003) tem grandes influências de John Dewey. Para o autor, os públicos são entes sociais que se formam a partir da percepção/afetação de/por situações problemáticas na realidade e se movimentam empenhados em nelas interferir (Dewey, 1954). Assim, o sofrer e o agir são indissociáveis e figuram na própria essência do que é um público. Na perspectiva de Dewey (1954), para que um público se constitua, as pessoas precisam perceber-se como afetadas por um dado acontecimento ou ação, dedicando-se a um processo de problematização de tal situação. Essa noção deweyana ajuda-nos a entender que os públicos não são entidades fixas, não são pré-determinados, mas estão em constante processo de gênese e sempre em movimento.

Henriques (2017) incorpora essa perspectiva em seus estudos comunicacionais sobre os públicos. Para o autor, estes são “formas abstratas e dinâmicas de experiência e de sociabilidades que

se formam em função da problematização de acontecimentos e ações que afetam os sujeitos, [...] e existem em referência tanto a outros públicos quanto às instituições” (Henriques, 2017, p. 54). Interessante observar a capacidade que um público tem de afetar outros públicos.

Por serem entes dinâmicos, até mesmo “evanescentes” (Cefai, 2017), apreender e mapear os públicos é tarefa difícil. Investigá-los corresponde, na visão de Henriques (2022, p.11) “a perscrutar a ‘vida pública’, ou seja, olhar para o espaço público como o lócus onde essa vida se desenrola, visível e disponível, e onde se organiza segundo as lógicas das condições de publicidade, dos seus dispositivos e dos seus regimes”. Henriques e Silva (2022) reforçam que estar em público, no espaço público, é uma condição primordial que determina os públicos e a partir da qual eles se tornam visíveis.

Nesse sentido, ao olharmos para o acontecimento do colapso da Mina 18, podemos identificar vários agrupamentos discursivos ao seu redor. Ao categorizá-los, assumimos que estamos projetando neles características que presumimos serem comuns. Mas, Henriques e Silva (2022) ressaltam que é sempre possível detalhar mais os perfis reconhecíveis, conforme nosso interesse e a forma como olhamos para os agrupamentos. “Portanto, os públicos são dependentes tanto de quem os percebe e de como são percebidos quanto da forma e da medida nas quais se auto-organizam, se apresentam e se afirmam publicamente” (Henriques & Silva, 2022, p. 41-42).

Enquanto as pessoas acompanhavam assustadas as notícias sobre o colapso através das mídias, elas também mudavam sua rotina no dia a dia. No primeiro dia, a própria população deslocou sua trajetória no trânsito para outras regiões da cidade, evitando passar em regiões próximas da área afetada, o que não ocorria no cotidiano, no qual as ruínas já haviam sido naturalizadas como parte da paisagem urbana. No entanto, foi nas redes que a mobilização foi maior, formando públicos diversos e

impelindo-os a agir. Isso se justifica pelo caráter próprio do acontecimento: ao ser conhecido, mesmo por moradores locais, através das redes, ele interrompeu a rotina das pessoas, afetando-as profundamente como população. E mais: a ruptura se deu de forma desorganizada em virtude da profusão de notícias diversas e díspares sobre o tema, suscitando, como já indicara França (2012a), sentidos diferentes e um curto-circuito no tempo aparentemente linear dos eventos do desastre.

Considerando que o acontecimento é gerador de questionamentos (França, 2012a), para compreender como ele se deu na rede X, foi necessário ir além da identificação dos perfis, sendo preciso analisar os comentários em si, para buscar traços em comum que pudessem demonstrar a existência de perfis diferentes conectados por formações discursivas semelhantes, o que nos motivou a escolher a abordagem de Maia et al. (2022) sobre análise de conteúdo. Cabe destacar que não é nossa pretensão neste texto fazer uma análise de discurso, mas enfatizamos que partimos do pressuposto de que o discurso é uma forma de ação sobre o outro (Maingueneau, 2008), motivo pelo qual as falas nas redes sociais sobre o evento em questão se interrelacionam como uma rede produtora de sentido, movimentando o curso do acontecimento. Assim, decidimos que o material de análise seriam as postagens (tuítes) dos usuários do X. Em um primeiro momento, realizamos uma leitura prévia das postagens para identificar características comuns entre seus conteúdos, dentro de cada categoria geral dos perfis. Com isso, pudemos construir estratégias de análise, definindo o recorte do estudo. No terceiro momento, seguimos o passo a passo proposto pelas autoras para a análise do conteúdo levantado.

No primeiro passo, a amostra foi construída por web scraping, que considerou determinadas palavras-chave. Em seguida, definimos as unidades de análise (os tuítes) com base nos públicos

identificados. Entre eles, alguns se sobressaíram nas mídias sociais por se constituírem como replicadores. Para analisar o modo como eles se manifestaram, selecionamos três grupos com base nos seguintes critérios: 1) maior número de perfis; 2) homogeneidade do grupo. Nossas escolhas metodológicas se deram em virtude da impossibilidade de analisar manualmente todos os comentários, o que nos levou a operacionalizar o estudo por meio de um recorte. Para tanto, excluímos deste recorte de análise a categoria “Perfis individuais”, visto que era constituída de indivíduos diferentes e dispersos que, muitas vezes, replicavam conteúdo dos outros agrupamentos. Acreditamos que seria necessária uma análise específica apenas para esta categoria. Assim, foram selecionadas três macro categorias de perfis: 1) Mídia/Imprensa; 2) Políticos e Partidos Políticos; e 3) Militância, coletivos, movimentos sociais e sindicais.

No terceiro passo, de definição das categorias analíticas, exploramos o material e realizamos um estudo manual de todas as postagens dos perfis selecionados, de modo que as categorizamos a partir das nomeações prévias, bem como identificamos outras a partir de uma leitura mais detalhada. O quarto passo consistiu no teste de confiabilidade, o que também foi realizado manualmente pelas autoras para avaliar se os perfis e postagens se enquadrar nas categorias em questão. Em seguida, codificamos manualmente todo o material coletado para a organização dos dados e posterior análise.

Com base nisso, tabulamos os dados para compreender as proporções das categorias e compará-las entre si. Após o processo de agrupamento de postagens, entramos no sexto passo, na qual foi possível definir cada grupo (Gráfico 2), descrever suas principais características e fazer inferências, destacando trechos representativos do grupo que, para nós, conformam-se como públicos.

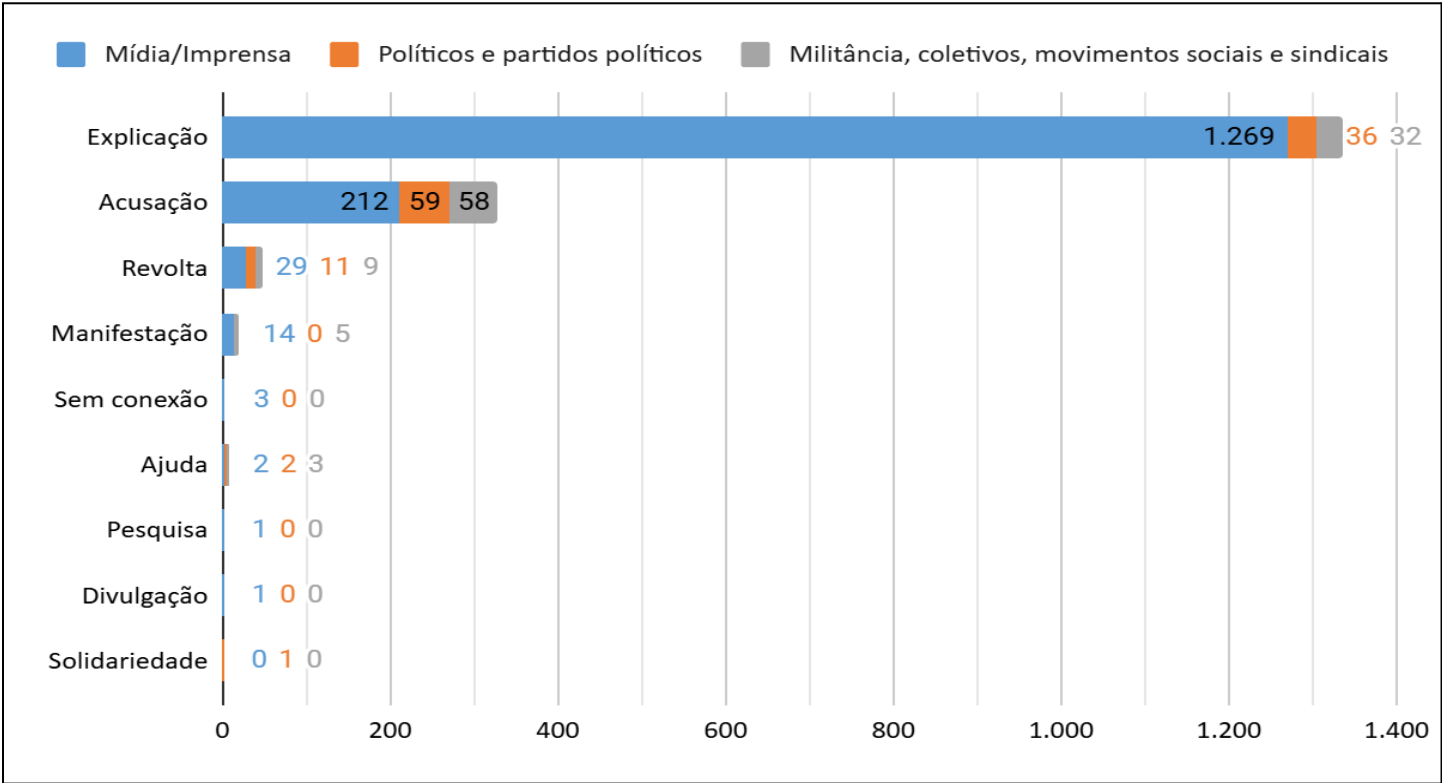


Gráfico 2 - Tipos de comentários das macro categorias de perfis (Elaborado pelas autoras, 2024).

Como pode ser observado, as três categorias analisadas se movimentam de diversas maneiras. Perfis de Mídia/Imprensa (1.531) assumem uma postura de a) Explicação (82,9%), Acusação (13,8%), Revolta (1,9%), Outros (1,4%); Os Políticos e partidos (109): Acusação (54,1%), Explicação (33,0%), Revolta (10,1%), Outros (2,8%); Já a Militância, coletivos, movimentos sociais e sindicais (107): Acusação (54,2%), Explicação (29,9%), Revolta (8,4%), Manifestação (4,7%) e Ajuda (2,8%). Embora algumas postagens tenham caráter híbrido, categorizamos conforme a predominância do conteúdo.

Importante destacar a existência de sobreposição no número de postagens, visto que algumas páginas tinham várias postagens acerca do caso, sobretudo na categoria Mídia/Imprensa.

A análise de conteúdo foi dividida por categoria de postagens, que acabam conformando os públicos, partindo daquelas com maior frequência de repetição entre os perfis. O público que age pela “Explicação” (Tabela 1), faz comentários diversos cujo objetivo é explicar a situação para os seguidores, seja do colapso da Mina 18 ou acerca do caso Braskem em Maceió. Este tipo de conteúdo é predominante nas páginas de Mídia/Imprensa, classificando 82,9% das postagens, seguidas daquelas de Políticos e partidos, com 33,0%, e de Militância e movimentos sociais, com 29,9%. Ou seja, o público que age em prol da explicação, engloba perfis diferenciados em torno desse objetivo comum.

TABELA 1
Exemplos de postagens classificadas como “Explicação”

Mídia/Imprensa	Políticos e partidos	Militância e movimentos sociais
Da extração do sal-gema ao colapso iminente: entenda o caso da mina da Braskem em AL. Segundo geólogo, situação em Maceió é uma 'tragédia anunciada' e área dificilmente será reutilizada; OUTRO LADO: empresa diz que realocou moradores e monitora a região (Folha de S. Paulo)	Serei titular da CPI que investigará a Braskem no caso do afundamento do solo em cinco bairros de Maceió. Trabalharemos com seriedade e dedicação,em favor da justiça para a comunidade afetada e pelo meio ambiente,trazendo luz à verdade, em defesa dos interesses do povo brasileiro (Rogério de Carvalho)	A Mina 18, operada pela mineradora Braskem, que estava em risco de colapso, se rompeu neste domingo (10). A Defesa Civil de Maceió informou que o rompimento ocorreu por volta das 13h15, na Lagoa Mundaú, localizada no bairro do Mutange, a aproximadamente 5 km do centro. (MAB)
Mina da Braskem em Maceió se rompe: o que acontece agora? (BBC News Brasil)	A CPI da Braskem vai investigar as causas e apurar responsabilidades no afundamento do solo em Maceió (AL), que já deixou cerca de 60 mil pessoas desalojadas. Para o relator da CPI, @SenadorRogerio, não se trata de um desastre natural, mas de ações causadas pela ganância humana. (PT no Senado)	O trecho que colapsou fica sobre a lagoa Mundaú, e o órgão alertou a população, que já tinha sido evacuada, para ficar longe do local #meioambiente #braskem #maceio #alagoas (CUT Brasil)
Mina 18 da Braskem se rompe na Lagoa Mundaú, em Maceió. Defesa Civil informa que está no local mapeando a situação. (Agência Brasil)	Diante do colapso da mina 18, no Mutange, entrei em contato com o governador @paulodantasal para antecipar a reunião de amanhã pra hoje. Será na Defesa Civil agora a noite. É momento de unir esforços pra mitigar os danos causados pelo crime da Braskem. Minha prioridade são os...(JHC)	Amanhã (11) a convite do Programa Democracia no Ar, estarei ao vivo comentando o crime da Braskem em Maceió e seus desdobramentos na vida do povo alagoano. O programa vai ao ar a partir das 10 horas, com transmissão pelo YouTube e Facebook. (Débora Nunes)

FONTE – Elaborado pelas autoras (2024)

A predominância da primeira macro categoria nesse público que age pela explicação, tem a ver com o próprio perfil dessa macro categoria, que costuma publicar conteúdo noticioso para a sociedade de um modo geral, o que pode estar associado ao fato de conterem o maior número de postagens. Já o segundo e o terceiro grupo dão maior ênfase na comunicação dirigida aos seus seguidores, e, na maioria dos casos, buscam evidenciar um posicionamento político com relação ao caso.

Chegamos, assim, à segunda categoria de públicos, os que agem pela “Acusação” (Tabela 2), com predominância dos dois últimos grupos, justamente por envolverem coletivos e sujeitos que atuam diretamente no campo político, cujos embates são uma forte característica. Dessa forma, os perfis de Políticos e partidos, e de Militância e movimentos sociais, com 54,1% e 54,2% de postagens, respectivamente, se posicionaram principalmente em desfavor da Braskem, somando-se denúncias de omissão ou silenciamento direcionadas a autoridades públicas.

TABELA 2
Exemplos de postagens classificadas como “Acusação”

Mídia/Imprensa	Políticos e partidos	Militância e movimentos sociais
EXCLUSIVO: documento inédito revela cláusulas abusivas, que blindam Braskem de processos movidos pelas vítimas da tragédia em Maceió. (Intercept Brasil)	Hoje, uma das minas de sal-gema em Maceió rompeu e foi preenchida pela Lagoa Mundaú. Isso concretiza mais um crime ambiental da Braskem, que já destruiu 5 bairros e os lares de 55 mil pessoas. (Erika Hilton)	Em Maceió, a Braskem é a responsável pelo maior crime ambiental em solo urbano do mundo! A capital alagoana vive um verdadeiro caos. Um cenário de guerra assombra o coração de Maceió. Famílias, histórias e bairros inteiros afundados pela ganância da mineração. #BraskemCriminosa (Povo Sem Medo)
Maceió vive drama sem fim com minas da Braskem; veja perspectivas Sob o risco desabar, mina 18 é o último capítulo de desastre que se arrasta há anos. Situação é crítica, porém, dá sinais de estabilização (Blog do Noblat)	Parte da minha 18 da Braskem rompeu na tarde deste domingo, na Lagoa Mandaú, no bairro do Mutange. Os impactos ambientais ainda são imprevisíveis e os sociais, na vida das pessoas, vão durar por muitos anos. O Brasil não pode mais ser terra sem lei para as mineradoras! (Bancada feminista do PSol)	O MAIOR CRIME SOCIOAMBIENTAL EM SOLO URBANO DO MUNDO Desde 1976 Maceió, capital do estado de Alagoas, vem sofrendo os impactos causados pela petroquímica e mineradora #Braskem, antes Salgema S.A. São mais de 40 anos de exploração de sal-gema na região. (MAM Nacional)
O iminente colapso em 1 das 35 minas de exploração de sal-gema pela Braskem colocou novamente Maceió em alerta. Famílias de bairros vizinhos à mina ainda não foram realocadas e lutam por indenizações justas. (Brasil de Fato)	5 anos após a tragédia de Brumadinho (MG), os rastros da destruição e dor permanecem. O crime ambiental da Braskem em Maceió é o maior em área urbana do mundo. A dor é eterna, as perdas irreparáveis, o medo constante e as indenizações desprezíveis. Alagoas quer justiça. (Renan Calheiros)	A situação em Maceió é preocupante! O colapso da mina condenada da Braskem pode resultar em uma cratera maior que o Maracanã. As autoridades precisam agir com urgência para evitar uma catástrofe. (Ivone Silva)

FONTE – Elaborado pelas autoras (2024)

Perfis de militantes políticos e movimentos sociais eram relativamente mais enfáticos em tratar o caso como crime, seguidos de páginas de políticos e partidos. Os primeiros se diferenciavam dos segundo por ainda trazerem com mais frequência detalhes sobre as experiências das vítimas, demonstrando aproximação com essa realidade. Com 13,8%, as postagens de teor acusatório de perfis de Mídia/Imprensa eram frequentes em páginas de jornalismo investigativo e mídia independente.

Semelhante ao caso acima, temos a predominância de um comportamento de expressão de revolta, terceira categoria de público mais comum, embora menos expressiva com relação às anteriores. Os perfis de Políticos e partidos políticos (10,1%) e Militância e movimentos sociais (8,4%) apresentam proporções parecidas com relação a essa classificação de públicos, seguidas por Mídia/Imprensa (1,9%), cujo número é inexpressivo. Tratam-se de conteúdos que expressam indignação de forma mais genérica, sem indicar uma ação específica, como o caso das acusações, mas que pedem por justiça.

Além dessas três principais categorias de conteúdo que expressam a ação dos públicos, identificamos também publicações sobre manifestações sociais, ajuda às vítimas, solidariedade, pesquisa de opinião, divulgação de perfis sobre o tema e postagens desconexas, ligadas apenas por hashtags.

Os perfis de Mídia/Imprensa costumam usar expressões mais formais para se referirem ao acontecimento, bem como citar falas de representantes e instituições envolvidas no caso. Além disso, por produzirem conteúdos sobre eventos que estão acontecendo, percebemos que, na maioria dos casos, o tema principal é a Mina 18 em si. Por esse motivo, destacam-se palavras como

“afundamento”, “colapso”, “solo”, “risco”, “Defesa Civil”, sendo menos frequentes aquelas que sugerem “parcialidade”, sendo mais comuns em mídias independentes, jornalismo investigativo e jornalistas individualmente.

Com relação a Políticos e partidos, percebemos uma movimentação que tomava o caso da Mina 18 como um gancho para falar sobre ou cobrar pela instauração da CPI sobre a Braskem. Sem dúvidas, as controvérsias geradas por esse acontecimento contribuíram para agilizar os trabalhos dos parlamentares de modo que fosse possível dar uma resposta imediata à sociedade. O tom político pode ser observado pelas recorrências das palavras “tragédia” e “CPI”, seguidas de “solo” e “empresa”.

Já os perfis de Militância e movimentos sociais costumam chamar a atenção para o fato do “colapso” da Mina 18 ser mais um capítulo da “tragédia” em curso, que em muitas postagens é tratada abertamente como “crime”, “crime ambiental”, “maior crime” em área urbana do mundo etc. Entre essas expressões recorrentes também encontramos “bairro” e “AL”, localizando o acontecimento geográfica e politicamente no mapa.

A complexidade da relação dos públicos com o acontecimento se expressa nos diferentes modos de posicionamento sobre o caso, produzindo-o na medida em que constrói narrativas sobre eles. É nesse sentido que França (2012a, p. 13) afirma que “o acontecimento é dotado de um poder hermenêutico; é suscitador de conhecimento. É capaz, inclusive, de modificar o passado; desvelar o não-visto, iluminar o opaco, estabelecer distinções que não haviam sido percebidas”.

Considerações finais

Apesar de não ser um evento previsível, o rompimento de uma mina é um risco proveniente da atividade minerária, o que se agrava quando consideramos o local de extração de sal-gema em Maceió: espaço urbano habitado próximo à Lagoa Mundaú. Apesar disso, a população local foi pega de surpresa. Mídias de diversos lugares do Brasil e do mundo noticiaram o evento causando choque na sociedade, não apenas pelo risco de colapso de uma mina em pleno espaço urbano, mas pelo total desconhecimento de um desastre como o provocado pela Braskem. Isso porque, como nos mostra França (2012a, p. 13), “o acontecimento é portador de uma diferença e de uma ruptura”.

Mesmo sendo um assunto de interesse público desde o início, por que somente com a Mina 18 o caso Braskem ganhou visibilidade? Podemos elencar dois principais motivos: o primeiro tem a ver com o capital político e econômico da empresa, que além de investir em espaço publicitário em grandes veículos também mantinha uma relação histórica com a imprensa, especialmente local, com programas de incentivo à formação profissional (estágio) e premiações (Prêmio Braskem de Jornalismo); segundo porque os fatos anteriores não se enquadravam nos ideais de “valor notícia”, como ocorreu com o caso da Mina 18. No início deste mesmo ano, é importante ressaltar, a Braskem era uma das principais patrocinadoras do Big Brother Brasil 23, da Rede Globo.

Para além da grande mídia nacional e dos diversos veículos independentes de várias partes do país, o colapso da mina premiou o posicionamento de políticos locais e também de outros estados. Contudo, é interessante observar que o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, foi modesto ao se

posicionar no X, fazendo apenas uma postagem sobre o caso. Essa postura na rede difere completamente das estratégias que o prefeito adotou ao veicular vários vídeos no Youtube e no Instagram, além das entradas em horário comercial na TV aberta.

O acontecimento também instigou movimentos sociais de relevância nacional a se posicionarem, principalmente aqueles relacionados à mineração, à defesa de causas ambientais e dos direitos humanos como um todo. Tais perfis, assim como os observatórios e instituições de vigilância civil, assumiram uma postura acusatória, denunciando os crimes da Braskem.

Entretanto, é “ensurdecador” o silêncio da empresa nas redes sociais. Não foi feita nenhuma postagem oficial, nenhum posicionamento de esclarecimento, tampouco pronunciamentos de suas lideranças. Na sua página oficial do Instagram, que não foi nosso objeto de estudo aqui, a Braskem bloqueou a possibilidade dos usuários comentarem suas postagens, impedindo o debate sobre o que estava acontecendo. A postura da empresa é problemática, mas intencional. Parece-nos que não há preocupação com os sujeitos afetados pela crise, tampouco a estruturação de estratégias de gestão de crises. Tudo o que os manuais de relações públicas postulam parece insignificante para a empresa.

O colapso da Mina 18 fez com que a tragédia em processo em Maceió finalmente rompesse a bolha do silêncio construído por anos. Os posicionamentos dos perfis analisados em que se destacaram ações discursivas de explicação, acusação, revolta, dentre outros, formaram e movimentaram os públicos, trazendo fôlego e esperança às vítimas e à população maceioense, que enfim esperam a responsabilização da Braskem por todos impactos socioambientais e econômicos gerados na cidade. A CPI, que está em curso no Senado, também reforça essa esperança.

Referências

Dewey, J. (1954). *The public and its problems*. Swallow Press Books.

Cavalcante, J. (2020). *Salgema: do erro à tragédia*. Maceió: Cesium.

Cefaï, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). *Cadernos Cebrap*, 36(2), 129-142.

Fragoso, E. (org.). (2022). *Rasgando a cortina de silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió*. Maceió: Ed. Instituto de Alagoas.

França, V. R. V., & Almeida, R. (2008). O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. *Contemporanea*, 6(2), 1-24.

França, V. R. V., & Lopes, S. C. (2017). Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. *Matrizes*, 11(3), 71-87. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i3p71-87>

França, V. R. V. (2012a). O acontecimento e a mídia. *Galaxia*, 24, 10-21. <https://doi.org/10.1590/S1982-25532012000200002>

França, V. R. V. (2012b). O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In V. R. V. França & L. Oliveira (Eds.), *Acontecimento: reverberações* (pp. 39-54). Autêntica.

Gilbert, C. (1998). Studying disaster: Changes in the main conceptual tools. In E. L. Quarantelli (Ed.), *What is a disaster? Perspectives on the question* (pp. 11-18). Routledge.

Henriques, M. S. (2017). As organizações e a vida incerta dos públicos. In A. Marques, I. Oliveira, & F. Lima (Eds.), *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas* (Vol. 2, pp. 123-136). Selo PPGCOM.

Henriques, M. S. (2022). Públicos: pluralidade, tensões, movimentos e influências. In D. R. Silva & M. S. Henriques (Eds.), *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos* (pp. 7-24). Autêntica.

Henriques, M. S., & Silva, D. R. (2022). Os públicos e sua abordagem comunicacional: bases conceituais. In D. R. Silva & M. S. Henriques (Eds.), *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos* (pp. 25-48). Autêntica.

Lança, I. (2005). A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 6, 35-47.

Maia, R., Hauber, G., & Paula, J. (2022). Análise de conteúdo. In R. Maia (Ed.), *Métodos de pesquisa em comunicação política* (pp. 81-108). Edufba.

Maingueneau, D. (2008) *Cenas da Enunciação*. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola.

Marques, J. G. (2022). Braskem além das rachaduras: memórias de um tempo quase esquecido. In E. Fragoso (Ed.), *Rasgando a cortina de silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió* (pp. 23-38). Instituto de Alagoas.

Pimenta, L.; Rodrigues, E. (2024). Comunicación estratégica en contextos de desastres socioambientales: metodologías colaborativas en extensión universitaria en Maceió, Brasil. +E: *Revista de Extensión Universitaria*, 20 (Ene-Jun), 1-18. <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Extension/article/view/13609/19002>

Prefeitura de Maceió. (2024, março 11). Gabinete de crise ainda trabalha no plano de evacuação da área de risco. <https://maceio.al.gov.br/noticias/secom/gabinete-de-crise-ainda-trabalha-no-plano-de-evacuacao-da-area-de-risco>.

Rodrigues, E.; Callou, M.; Leite, S. (2023). Entre rachaduras: a construção do ethos da responsabilidade social e ambiental no discurso organizacional da Braskem. *Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*, [S. l.], v. 1, n. 1. DOI: 10.55592/524.2023.3497505. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/abrapcorp2023/article/view/3853>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Rodrigues, E.; Leite, S. (2023). Narrativas institucionais e controvérsias públicas: as disputas de sentido em torno da crise socioambiental da Braskem, em Maceió. In: *Anais do 32º Encontro Anual da Compós, 2023, São Paulo*. Anais eletrônicos... Campinas: Galoá. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/narrativas-institucionais-e-controversias-publicas-as-disputas-de-sentido-em-tor?lang=pt-br>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Quéré, L. (2003). Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In D. Cefaï & D. Pasquier (Eds.), *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques* (pp. 31-44). PUF.

Zhao, B. (2017). Web scraping. In L. Schintler & C. McNeely (Eds.), *Encyclopedia of big data* (pp. 1-6). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-32001-4_351-1.